

Clipping Diário

TJPI



03.01.2018



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
GP1	02.01.2018	-	Notícias

TJ-PI suspende direitos políticos do ex-prefeito Celso Leal

“No caso dos autos, restou comprovado que o então gestor municipal burlou o procedimento licitatório, configurando ato de improbidade administrativa”, disse o desembargador.

BÁRBARA RODRIGUES

02/01/2018 15h37 - atualizado 15h39

- Os desembargadores da 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Piauí determinaram a suspensão dos direitos por três anos do ex-prefeito de Francinópolis, Celso Leal Lopes e do ex-secretário de administração e de obras, Cláudio Leal Lopes.
- Foi julgada uma Apelação Cível de Celso e Cláudio. Na primeira instância o juiz condenou Celso, Cláudio e o Posto Paraíso em Ação Civil por Ato de Improbidade Administrativa que foi proposta pelo Ministério Público do Estado do Piauí por irregularidades em processo de licitação para contratação do Posto Paraíso LTDA em 2009 para a aquisição de combustível.
- Eles haviam sido condenados a suspensão dos direitos políticos por 4 anos. Celso teria que pagar multa civil 40 vezes o valor da remuneração recebida quando era prefeito e Cláudio 20 vezes o valor que recebia. Além de proibição de contratar com o poder público ou receber incentivos fiscais por três anos.
- Inconformados com a decisão, eles ingressaram com recurso no Tribunal de Justiça afirmando que não praticaram atos de improbidade administrativa e sustentando a regularidade do procedimento licitatório. Afirmaram que as contas foram analisadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí e que elas foram aprovadas.
- Em decisão do dia 29 de novembro, os desembargadores decidiram apenas reduzir a suspensão dos direitos políticos de 3 para 4 anos, mantendo os demais termos da sentença.
- “No caso dos autos, restou comprovado que o então gestor municipal burlou o procedimento licitatório, configurando ato de improbidade administrativa previsto no art. 11, caput da Lei nº. 8.429/92, atentatório aos princípios norteadores da Administração Pública. Configuração do dolo genérico. O fato de não haver sido verificado dano ao erário ou locupletamento ilícito, não afasta a responsabilidade dos apelantes, porquanto os atos previstos no art. 11 prescindem da comprovação de prejuízo aos cofres públicos”, disse o desembargador e relator Fernando Lopes na sua decisão.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
GP1	02.01.2018	-	Notícias

Oikos Construções será a responsável pela nova sede do TJ-PI

A Homologação da Concorrência nº 046/2017 foi publicada no Diário da Justiça do Estado de 27 de dezembro de 2017.

BRUNNO SUÊNIO

02/01/2018 18h28 - atualizado 18h30



A empresa Oikos Construções LTDA-EPP foi a vencedora da **licitação, na modalidade concorrência**, do Tribunal de Justiça do Estado para a construção do novo Palácio da Justiça do Piauí, orçada em R\$ 47.329.153,03 (Quarenta e sete milhões, trezentos e vinte e nove mil, cento e cinquenta e três reais e três centavos).

A Homologação da Concorrência nº 046/2017 foi publicada no Diário da Justiça do Estado de 27 de dezembro de 2017. A empresa tem sede em Curitiba.

Novo Palácio da Justiça

A nova sede do TJ-PI ficará localizada no bairro São Raimundo, zona sudeste de Teresina, e vai contar com quatro Câmaras para atender as Secretarias Cíveis e Criminais, 22 gabinetes para os desembargadores, Plenário e demais setores ligados à Presidência.

No prédio administrativo funcionarão o Departamento de Engenharia, Setor Médico, Controle Interno, Gestão de Contratos, Secretaria de Administração, Secretaria de Tecnologia, CPPad, Gráfica, Fermojupe, Secretaria de Economia e Finanças, dentre outros departamentos.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
GP1	03.01.2018	-	Notícias

Erivan Lopes abre investigação contra Dantec Construções

A empresa é responsável pela execução dos serviços de construção do Novo Fórum e Juizado Civil e Criminal da Comarca de Picos.

BRUNNO SUÊNIO

03/01/2018 07h16 - atualizado 08h20

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI), desembargador Erivan Lopes, abriu processo administrativo, de natureza contratual, contra a Dantec Construções e Consultoria Técnica Ltda, que fica localizada na cidade de Picos. A portaria nº 3295/2017 foi assinada no dia 26 de dezembro.

A empresa é responsável pela execução dos serviços de construção do Novo Fórum e Juizado Civil e Criminal da Comarca de Picos.

O objetivo é investigar a inexecução contratual referente aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Projeto Básico.

Denúncia

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Picos (Sintricompi) denunciou o atraso do pagamento do 13º salário dos operários que trabalham na obra.

Ao tomar conhecimento do problema, o desembargador Erivan Lopes se deslocou até Picos ao lado de uma representante da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB subseção local. Na ocasião ela visitou as obras do novo fórum e constatou a inadimplência por parte da Dantec Construções e Consultoria Técnica Ltda junto aos operários.

Outro lado

Procurado, na tarde desta terça-feira (02), nenhum responsável pela empresa foi localizado para comentar a investigação. O GPI está aberto para esclarecimentos.